litados conforme o mesmo decreto, tal não depende de culpa sua, visto a nomeação ser anterior, e então não se exigir semelhante habilitação;

Considerando que é de toda a necessidade regularizar a situação dos professores primários do Estado, que tendo sido nomeados em época anterior ao mencionado decreto de 17 de Agosto de 1901, ainda não obtiveram a sua confirmação;

Tendo ouvido o Conselho Colonial e o Conselho de Ministros; e

Usando da faculdade concedida ao Governo pelo artigo 87.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, decretar o seguinte:

Artigo 1.º É tornado extensivo aos professores das escolas municipais ultramarinas, nomeados anteriormente ao decreto com força de lei de 17 de Agosto de 1901, o direito de aposentação, nos termos do decreto com força de lei de 30 de Julho de 1910.

§ único. Também gozarão do direito, a que se refere este artigo, os professores que já estejam separados do serviço, por terem sido julgados incapazes, contanto que tivessem servido, pelo menos, até 30 de Julho de 1910.

Art. 2.º Os professores primários do Estado, nas colónias, que obtiveram a primeira nomeação em data anterior ao referido decreto de 17 de Agosto de 1901, mas que ainda não foram confirmados, por qualquer circunstância, poderão obter a confirmação, na conformidade da legislação que estava em vigor à data do mesmo decreto.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República e publicado em 24 de Setembro de 1914. — *Manuel de Arriaga* — *Alfredo Augusto Lisboa de Lima*.

Por ter saído incorrecto no *Diário do Governo* n.º 172, 1.ª série, de 22 do corrente mês, novamente se publica o seguinte:

DECRETO N.º 880

A criação dos lugares de sub-inspectores no Estado da Índia é uma necessidade inadiável. E tam antiga ela é que a comissão nomeada pelo Governo Geral daquela provincia, por portaria de 4 de Outubro de 1882, a fim de satisfazer ao «Questionário da comissão parlamentar encarregada de formular um plano geral das reformas no ultramar», referindo-se à instrução pública, propunha, para a inspecção e fiscalização do ensino primário, um inspector e dois sub-inspectores.

Como se vê, essa proposta foi feita em 1882, época em que havia na Índia apenas 69 escolas.

Hoje a instrução primária, na referida colónia, está muito mais disseminada, pois existem 130 escolas.

Satisfazendo às instâncias da aludida comissão, o Governo, por portaria ministerial de 8 de Fevereiro de 1884, criou o cargo de inspector primário, lugar esse que, por decreto de 20 de Setembro de 1904, foi suprimido, passando as suas funções ao commissário superior dos estudos, lugar que era desempenhado pelo secretário geral do Governo do Estado da Índia.

Não tendo dado semelhante medida resultados apreciáveis, o Governo, por decreto de 23 de Maio de 1907, suprimiu o lugar de commissário superior dos estudos e restabeleceu o de inspector de instrução primária, acudindo assim às necessidades do ensino naquela provincia, que nunca podiam ser cabalmente satisfeitas emquanto a fiscalização do ensino primário não fôsse confiada a um funcionário privativo.

No emtanto, por mais zeloso e diligente que seja o inspector, torna-se-lhe impossivel imprimir a sua acção dum modo eficaz numa esfera de tam grande extensão

como aquela que lhe está cometida, ou seja cêrcá de 4:000 quilómetros quadrados com o número de escolas indicado, quando não tenha quem o coadjuve na sua difficil missão, ou sejam os sub-inspectores.

Nestas circunstâncias, tendo ouvido o Conselho Colonial e o Conselho de Ministros; e

Usando da faculdade concedida ao Governo pelo artigo 87.º da Constituição Política da República Portuguesa: hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Para a inspecção e fiscalização do ensino primário no Estado da Índia, haverá um inspector e dois sub-inspectores.

Art. 2.º Para os efeitos do artigo antecedente, o Estado da Índia será dividido em três círculos escolares, que terão as suas sedes, respectivamente, em Nova Goa, Margão e Mapuçá.

Art. 3.º Em cada círculo escolar haverá um sub-inspector, excepto no que tiver a sua sede em Nova Goa, onde as funções correspondentes serão desempenhadas pelo inspector.

Art. 4.º O inspector será nomeado pelo governador geral, mediante concurso documental aberto simultaneamente no Ministério das Colónias e na Secretaria Geral da Índia, a que só poderão ser admitidos os professores officiais da metrópole, devendo ser preferidos os que tiverem publicado melhores trabalhos pedagógicos.

Art. 5.º Na falta ou impedimento do inspector, fará as suas vezes o sub-inspector mais antigo.

Art. 6.º O ordenado anual do inspector será de 360\$ de categoria, 360\$ de exercício e 280\$ de ajudas de custo.

Art. 7.º Os sub-inspectores serão nomeados pelo governador geral mediante concurso de obras públicas, a que só serão admitidos professores officiais de instrução primária, habilitados com o curso da Escola Normal, devendo ser preferidos, em igualdade de circunstâncias, os que tiverem mais tempo de bom e efectivo serviço no magistério.

Art. 8.º No impedimento dos sub-inspectores, ou na sua falta, exercerão as suas funções os delegados locais de instrução primária quando sejam habilitados, pelo menos, com o curso da Escola Normal ou dos liceus.

Art. 9.º O ordenado anual de cada um dos sub-inspectores será de 300\$, sendo 200\$ de categoria e 100\$ de ajudas de custo.

Art. 10.º O inspector e os sub-inspectores, cujas funções são incompatíveis com quaisquer outras, deverão elaborar anualmente o relatório e as estatísticas a que se refere o artigo 133.º do decreto de 23 de Maio de 1907, sob pena de suspensão, e que lhes será imposta desde a data fixada para a apresentação, que será marcada no regulamento, até o dia em que essa apresentação se efectuar.

Art. 11.º O governador geral do Estado da Índia, ouvido o Conselho Inspector de Instrução Pública, elaborará, dentro de noventa dias, a partir da publicação do presente decreto, o regulamento necessário para a execução do mesmo decreto.

Art. 12.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 22 de Setembro de 1914. — *Manuel de Arriaga* — *Alfredo Augusto Lisboa de Lima*.

Por ter saído incorrecto no *Diário do Governo* n.º 172, 1.ª série, de 22 do corrente mês, novamente se publica o seguinte:

DECRETO N.º 881

Tendo o regulamento, aprovado por decreto de 4 de Novembro de 1913, fixado os vencimentos do pessoal da Imprensa Nacional do Estado da Índia;

Mas não tendo ficado convenientemente discriminados os vencimentos do director da mesma Imprensa Nacional, os quais se torna necessário definir;

Tendo ouvido o Conselho de Ministros; e

Usando da faculdade concedida ao Governo pelo artigo 87.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Os vencimentos anuais do director da Imprensa Nacional do Estado da Índia são fixados em 300\$ de categoria e 300\$ de exercício.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 22 de Setembro de 1914. — *Manuel de Arriaga* — *Alfredo Augusto Lisboa de Lima*.

MINISTÉRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Repartição de Instrução Universitária

DECRETO N.º 889

Se a Escola de Medicina Tropical já estivesse integrada na Universidade de Lisboa, como é seu desejo e foi unanimemente aprovado pelo Senado da mesma Universidade, teria a referida Escola a autonomia administrativa de que gozam todas as Faculdades e Escolas Universitárias;

Sendo, porém, de manifesta utilidade que ao Conselho Escolar desse estabelecimento seja dada a capacidade de administrar as respectivas receitas;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro de Instrução Pública, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Ao Conselho Escolar da Escola de Medicina Tropical compete a administração económica das respectivas receitas.

Art. 2.º No princípio do ano económico o Conselho Escolar elaborará o projecto do orçamento, que será submetido à aprovação do Ministério de Instrução Pública; e no fim do ano económico organizará a conta geral de gerência, que será enviada ao Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, por intermédio da Repartição de Contabilidade do referido Ministério.

Art. 3.º No decorrer do ano económico pode o Conselho Escolar propor as transferências de verba que as conveniências do ensino ou as necessidades da administração aconselhem. Estas propostas serão também submetidas à aprovação do Ministério de Instrução Pública.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros das Finanças, Colónias e Instrução Pública assim o tenham entendido e façam executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 24 de Setembro de 1914. — *Manuel de Arriaga* — *António dos Santos Lucas* — *Alfredo Augusto Lisboa de Lima* — *José de Matos Sobral Cid*.